

CONFLITOS RACIAIS DURANTE A REPÚBLICA (1910-1926) – Um campo de luta: a Imprensa dos Naturais**

Augusto Nascimento*

RESUMO: O autor analisa a imprensa são-tomense no advento da República Portuguesa e os conflitos raciais nela expressos, assinalando as possibilidades de construção e afirmação da identidade dos naturais.

UNITERMOS: São-Tomé/conflitos raciais, Imprensa dos naturais, Identidade nacional

INTRODUÇÃO

Embora sem uma ruptura total com o modo de vida tradicional, que incorporou as culturas de exportação, as condições de vida dos são-tomenses – grupo heterogêneo, de que se destacavam proprietários e funcionários – alteraram-se no virar do século, devido, por um lado, à presença de europeus e de serviços e, por outro, à construção das roças. Durante a República, os rendimentos fixos sofreram uma forte erosão. Politicamente, prosseguiu a subalternização dos naturais, notória já no declinar da Monarquia.

Neste trabalho introdutório, cingimo-nos aos litígios entre ilhéus e europeus, uns e outros a tentar potenciar a sua adesão à recém-chegada República. A imprensa nativa revelou-se um campo de resistência com virtualidades que a tornaram (in)desejada e ponto de discórdia. A partir da sua leitura dos acontecimentos e dos ideais nela apreçados (com limitações, pois as coleções de jornais

(*) Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical, de Lisboa.

(**) Trata-se de um texto com os resultados parciais de uma investigação em curso sobre o associativismo e actividade políticas dos são-tomenses no primeiro quartel do século, apresentado no II Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, São Paulo, 4-7 Agosto de 1992. Aproveito para expressar o meu profundo reconhecimento à Fundação Calouste Gulbenkian que, como noutras ocasiões, tem apoiado o meu trabalho sobre S. Tomé e Príncipe.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a Imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

estão truncadas) procuraremos assinalar as possibilidades de construção e afirmação da identidade dos são-tomenses.

São, em suma, dois os objectivos deste estudo: a apresentação de factos poucos conhecidos e a formulação de hipóteses para futuras investigações neste domínio.

I. A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA: O PROTAGONISTA DOS NATURAIS

Associando-se ao triunfo da República, os naturais desejariam contrabalançar o peso dos europeus – cuja hegemonia assentava nas roças – pela maior presença na administração. Mas, com a tônica nacionalista do ideário republicano renovou-se o protagonismo dos europeus. No tocante à imprensa, não afrouxaram de imediato as disposições restritivas¹, denunciadoras de receios face à aculturação dos naturais, mais acentuada que noutras colónias.

Desprezada na metrópole, a livre expressão nas colónias ficou refém da "indulgência" de governadores. A 14 de Junho de 1911 foi empossado Leote do Rego que, durante a Monarquia, granjeara a estima de parte significativa dos habitantes². Julgou-se então oportuno o lançamento, a 10 de Julho, do semanário *Folha de annuncios*, político, literário e noticioso, propriedade de Ezequiel Pires dos Santos Ramos, ex-director da imprensa nacional de S. Tomé.

Desde logo os naturais se envolveram nas pugnas eleitorais: a *Folha de annuncios* e o seu sucedâneo, *A Verdade*, dada a boa vontade para com o novo regime, abdicaram de promover a eleição de uma figura da terra e empenharam-se activamente contra Carlos Mendonça, ex-governador por uns dias após a vitória republicana e candidato dos democráticos³. Hegemónicos em Lisboa, estes

(1) Em Lisboa, em vão defendia *O Colonial* que no ultramar se carecia de entraves ao caciquismo: "Em S. Thomé (...) exige-se para a publicação d'um jornal, um depósito prévio de quantias importantes, como caução a hypotheticos delictos de futuro, que o jornal possa commetter!". *O Colonial*, n. 58 de 14 de Novembro de 1910, p. 1.

(2) NASCIMENTO, Augusto, "Conflitos de europeus em S. Tomé e Príncipe em 1910" in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 12-13, Lisboa, 1990.

(3) A *Folha de Annuncios* inscrevia, entre outras, a seguinte palavra de ordem: "A urna pelo secretario do sympathico Ministro do Interior", *Folha de Annuncios*, n. 2 de 20 de Julho de 1911, p. 1.

No artigo "Nas ante-vésperas", dizia-se que as eleições de outrora eram um acto irrelevante face à violação da liberdade pelos governos monárquicos. Mas, doravante, era uma escolha importante para o "futuro da nossa vida nacional". Contra os democráticos escrevia: não nos iludamos com "os que nos deram à bocca da urna na eleição passada o amplexo de fraternidade e vieram após trazer a esta colonia a perturbação e a desordem, vexando com arruaças cidadãos honestos e laboriosos, desrespeitando auctoridades constituídas, tentando reatear insensata e cobardemente o fogo das paixões tão nobremente apagado pelo acto heroico e redemptor do 5 de Outubro.", *Folha de Annuncios*, n. 2 de 20 de Julho de 1911, p. 1.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a Imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

hostilizavam os opositores, em que incluíam os ilhéus. A derrota nas urnas de Carlos Mendonça não eliminou os conflitos, sendo os europeus acusados de "radicais" e, veladamente, de preconceitos raciais. Os subsequentes confrontos mostrariam que, então, as clivagens partidárias se justapunham às étnicas.

A correlação de forças mudou quando a Leote do Rego sucedeu Mariano Martins, a quem várias vezes *A Verdade* responsabilizou por ilegalidades. Com o provável concurso do operariado europeu, a 1 de Agosto de 1912 foi empastelada a tipografia 'Africana' onde se compunha o jornal⁴. Em fevereiro do ano seguinte, numa "Carta Aberta" ao ministro das Colónias, Augusto Gamboa acusou o governador Martins e o administrador do concelho, Viana Frazão, da destruição da tipografia.

Este episódio teve consequências duradouras. Anos depois *A Liberdade* seria impressa em Lisboa. Aliás, não são de excluir as pressões censórias, devidas até à participação na I Guerra.

Outro foco de tensão respeitava aos postos administrativos, outrora preenchidos por ilhéus mas cada vez mais um exclusivo de europeus⁵. Além da lealdade política, aqueles sublinhavam o seu préstimo para a missão civilizadora de Portugal e reclamavam cargos, defendendo, assim, um meio de vida e a influência nos destinos da terra. Para isso, acusavam de incompetência os europeus. De baixa origem social, incultos, em concorrência com os naturais, operários e vulgares funcionários europeus não aceitariam de bom grado a tutela daqueles. Ao invés, acolheriam preconceitos sobre o lugar dos naturais, a saber, nas roças onde, por sinal, os europeus se sujeitavam a duras condições de trabalho. Por seu

(4) Augusto Gamboa e outros abriram uma subscrição para a compra do material inutilizado no assalto, *A Verdade*, n. 17 de 29 de Agosto de 1912, p. 1.

Entretanto, a autoridade intimara à não publicação de "artigos de linguagem despejada, ou de qualquer forma offender ou injuriar a qualquer cidadão ou funcionarios publicos" sob pena de encerrar o jornal, *A Verdade*, n. 17 de 29 de agosto de 1912, p. 1.

Ver MARGARIDO, Alfredo, *Estudo sobre literaturas das nações africanas de lingua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 91.

(5) Um exemplo: "Só nas colonias portuguesas, especialmente a de S. Thomé e Príncipe, é que os nativos são mandados para o canto como são mandadas quaesquer infecções gordurentas para o carro municipal!!!

Assim poderão elles servir bem o seu paiz?

Não; nas repartições publicas o que se vê?

Empregados pretos, intelligentes, submissos e trabalhadores que, pela sua intelligencia, anti-guidade, submissão e trabalho, deviam ser elevados gradualmente de classe para classe, não têm infelizmente para elles, sido mais do que párias.

(...) Oh! pobre ilha! Quando começarás a sentir a acção da republica?", *A Verdade*, n. 9 de 23 de Setembro de 1911, p. 2.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a Imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

turno, os ilhéus opunham-se à discriminação e à patrimonialização da ilha pelos europeus⁶ e clamavam um governador que fizesse cumprir as leis.

Nos primórdios da República, tentando vincar a sua superioridade face a certos europeus, os ilhéus rejeitavam os conflitos raciais, a seu ver resultado da mentalidade retrógrada – e monárquica – que injustamente os depreciava⁷. Perante a violência que, entretantes, marcava as relações pessoais, esperanças na República, tendiam a considerá-la em extinção⁸.

Não decorrera um ano, já era negativa a avaliação da política republicana. Impunha-se, segundo os ilhéus, abolir as leis de excepção⁹ e fazer valer os direitos políticos, conforme a tradição na ilha.

II. DA GUERRA A 1921

O pós-guerra trouxe tendências contraditórias: por um lado, um crescendo de esperanças, a que não era alheia a difusão do pan-africanismo, e, por outro, a subjugação dos naturais e, não o esqueçamos, de outros assalariados, europeus incluídos.

Para os ilhéus, a República desprestigiara-se, muito pela acção de europeus que, com célere acesso ao poder, os hostilizavam¹⁰. Em virtude da distân-

(6) Por exemplo, *A Verdade*, n. 10 de 30 de Setembro de 1911, p.2.

(7) *Folha de Anúncios*, n. 1, de 10 de Julho de 1911, pp.1-2.

(8) "Se não fossem certos abusos praticados na pessoa de alguns nativos em diferentes localidades da ilha, por indivíduos que desconhecem por completo o que seja uma política, eu diria com orgulho que tudo hoje voltou a sua habitual tranquilidade.

Graças às providências tomadas por um governador energético que soube e sabe (...) apagar o fogo das paixões (...)

Em alguns jornais da metropole se versa sobre a insubordinação dos nativos, patrocinada pela acção do governo.

Os auctores d'aquelles artigos, com certeza, não são homens que de perto conhecem a ilha (...) se soubessem o que se tem passado aqui, não seriam elles, certamente, que iriam enodar as columnas dos seus jornais com artigos destituídos de todo o fundamento!

São informações enviadas por quem quer dirigir os destinos da ilha com as suas prejudiciais influencias.

O tempo para a insubordinação já lá vae...

Se no regimen extincto em que os nativos eram deportados injustamente para as outras colonias depois de os haverem sujeitados à certos vexames e torturas, não se insubordinaram como é que hoje que estamos n'um regimen de justiça se insubordinam?

Deixemos d'isso...", *A Verdade*, n. 7, de 30 de Agosto de 1911, p.3.

Por exemplo, ver também *A Verdade*, n. 5, 12 de agosto de 1911, p.3.

(9) Por exemplo, *A Verdade*, n. 8, de 9 de Setembro de 1911, pp.1-2.

(10) *A Liberdade*, n. 19 de 4 de Maio de 1920, p.2.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a Imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

cia entre o enunciado e a prática dos republicanos surgiam, inevitavelmente, idéias de contornos independentistas¹¹.

Em torno do Centro Republicano dr. António José de Almeida liderado por Augusto Gamboa, os naturais equacionavam, ainda sob o prisma da opposição monárquicos/republicanos, a actuação das autoridades. Julgavam-se legitimados pelo dever, que aos republicanos cumpria, de zelar pelas instituições. As crescentes críticas à administração – preferencialmente a altos funcionários, por sua vez pretexto para a interdição dos jornais de ilhéus – focavam a inépcia, as reduções dos quadros contrastantes com os dispêndios com os altos funcionários e, por fim, a preterição de ilhéus. Estas críticas tentavam sedimentar a coesão dos ilhéus e preservar o seu estatuto económico. Daí, o investirem a Curadoria dos serviços, por proteger os grandes proprietários e arruinar os pequenos, e denunciarem as, por vezes violentas, expropriações de terras.

Os ataques à administração foram rebatidos em jornais europeus, onde se realçava a inépcia dos naturais para a direcção de repartições ou tão só para tarefas mecânicas especializadas.

– as questões laborais e os eventos de 1921

Os ilhéus recusavam as roças e, por certo, não eram desejados por comerciantes europeus. Não obstante, tinham o hábito de servir o Estado, o que colidia com as ambições de europeus, a quem escasseavam alternativas às roças. Daí as tensões em torno dos lugares de administração, para que não abundariam europeus qualificados. Assim, pese embora a pressão sobre os salários, apenas conjunturalmente assalariados europeus e ilhéus concertaram acções, caso das greves de 1920-1921, a última das quais com incidentes sangrentos.

A situação financeira do país defraudou as expectativas renovadas pelo fim da Guerra. A inflação desvalorizou os rendimentos e empurrou os funcionários para a penúria e para a greve, atitude gravosa em vista da exiguidade da ilha e da personalização dos litígios.

Na sequência da greve de Setembro de 1920¹², chegaram forças de Angola às ordens do tenente-coronel Alvez Velez, nomeado governador. Dada a

(11) "Quanto maior fôr o dispotismo, melhor para nós, visto que se esquecem a Historia!

(...) Está na terra de pretos, a segurança publica está entregue ao serviço da guarnição composta de pretos, e o Sr. Administrador do Concelho, assim como o Sr. Comandante da Policia, não permitem que o soldado preto prenda branco que delinque!

Em que regime estamos?

Enrole a manta, enrole a manta, Sr. Administrador do Concelho, e vá-se embora que já está de mais cá, com as suas teorias!...", *A Liberdade*, n. 19 de 4 de Maio de 1920, p.2.

(12) *A Liberdade*, n. 22 de 1 de Dezembro de 1920, p.2.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a Imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

tranquilidade aparente, terá mandado inquirir da origem de boatos alarmistas, medida apoiada pelo ilhéus. A 22 de Outubro Velez seria substituído, pressupostamente por pressão de comerciantes e proprietários, sendo-lhe manifestado apoio popular¹³.

A nomeação do oficial e roceiro Nogueira Lemos foi contestada¹⁴. Transportando para o governo as tensões do tecido social, não atendeu às reivindicações salariais, satisfeitas por exemplo, em Angola. À insuficiência dos salários – contra os quais protestava, entre outros jornais, *A Liberdade*¹⁵ (impresso em Lisboa, com cariz panfletário, embora publicado a espaços) – juntou-se a ordem para pagar um terço em cheques, o que acentuava a depreciação do vencimento.

(13) Segundo *A Liberdade*, mais de 5000 pessoas teriam, a 24 de Outubro, participado na manifestação, convocada pela *A Liberdade*:

"Ao Povo Liberal de S. Tomé.

A Liberdade, a quem a intolerância demagógica e o sectarismo impenitente não permitem que se imprima nesta Ilha (...) convida o Povo Liberal e Independente da Ilha, sem distinção de cores políticas, a reunir no dia 24 do corrente (...) para saudar (...) o (...) Governador (...) como protesto nosso, energético e categorico, contra os telegramas que os discólos que se intitulam comerciantes, capitaneados por Poder Oculto, tem dirigido (...) Ministro das Colónias, ao Governo Central e aos seus apanguidos, pedindo em linguagem soez e descomunal, a exoneração (...) Governador".

Com a antiga banda de S. Tomé, o cortejo dirigira-se à praia Nazaré – residência de Velez – tendo-se nele incorporado o Centro Republicano Dr. António José de Almeida e o Comité do Funcionalismo e do Operariado do Estado. Expediram-se vários telegramas para Lisboa, entre eles um de Augusto Gamboa:

"Vingou movimento monárquico chefeado curador contra governadores republicanos, tendo hontem tomado posse governador monárquico Noqueira Lemos. Protestei acto posse contra traição Republica sendo preso por ordem ajudante notario integralista Chaves Almeida. Movimento foi mascarado por protestos comercio contra medidas financeiras necessarias porque Janciro não haverá dinheiro despesas provincia. Povo Republicano exaltado sendo ministro responsavel possível alteração ordem"; pedia ainda a nomeação de um governador republicano intransigente, *A Liberdade*, n. 23 de 1 de Fevereiro de 1921, p.1.

(14) *A Liberdade* aconselhou-o a resignar, pois a lei não permitia ao nomeado ter interesses na colónia; além disso, não tinha a confiança da população, *A Liberdade*, n.º 23 de 1 de Fevereiro de 1921, p.4.

(15) Ver, por exemplo, *A Liberdade*, n. 19 de 4 de Maio de 1920, p.3.

Em 15 de Setembro *A Liberdade* escrevera que, depois de muita discussão, os aumentos tinham sido uma bagatela enquanto as despesas essenciais triplicavam. Anunciara, então, a preparação de reclamações que, atenta a justiça da causa, deveriam ter resolução favorável, *A Liberdade*, n. 21 de 15 de Setembro de 1920, pp.3-4.

Noutro artigo, "Crise de alimentação", constataria a subida diária o custo dos géneros devido à sofreguidão de comerciantes e açambarcadores. A comissão de subsistência era inútil e as tabelas de preços, decretadas pelo encarregado do governo Lopes da Silva, eram desrespeitadas. Reclamara procedimento rigoroso contra a exploração do comércio que criava uma situação insustentável às classes menos abastadas, *A Liberdade*, n. 21 de 15 de Setembro de 1920, p.4.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a Imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

A greve, particularmente danosa por inviabilizar a exportação, iniciou-se a 10 de Março. Os exportadores tentaram usar o seu pessoal no serviço da alfândega. A 26, incidentes com piquetes de greve foram o pretexto para uma reacção desproporcionada contra uma alegada "revolta nativa". À margem da polícia, os europeus perseguiram e prenderam naturais, tal o preço do desbloqueamento do conflito¹⁶. De facto, os ordenados seriam aumentados e, meses depois, Lemos substituído. Da liderança nativa do movimento reivindicativo beneficiaram os europeus de baixa condição social. Mas, dada a voraz inflação, de novo os ganhos económicos se revelaram efémeros.

Um dos possíveis efeitos destes eventos foi o triunfo ilhéu nas subsequentes pugnas eleitorais. Bisaram a eleição de Augusto Gamboa para senador e a de José de Magalhães para deputado. Em tempo de divulgação das idéias pan-africanistas, reforçados pela inabilidade governativa, os ilhéus afirmaram a sua condição de "senhores" da terra. Outro traduziu-se na quebra de unanimidade entre europeus e naturais. O protagonismo na defesa dos interesses dos funcionários passou para aqueles¹⁷. Entrementes decretar-se-ia o imposto individual, cujo fito seria, como noutras colónias, o controlo da mão-de-obra e a tentativa de forçar os ilhéus ao trabalho.

Em suma, a partir das eleições de 1921 e 1922 a presença dos naturais refluíu.

III. OS ÚLTIMOS ANOS DA REPÚBLICA

Nos derradeiros anos da República, acentuou-se a discriminação racial e, em contrapartida, o cepticismo dos ilhéus. Já depois do 28 de Maio, a pretexto de litígios quando das eleições para o Conselho Superior das Colónias, suspender-se-ia a Liga dos Interesses Indígenas, enquanto a liberdade de imprensa conheceria fortes limitações. Ao tempo, o Centro Colonial garantia em Lisboa os interesses dos roceiros, ao passo que, na colónia, a descentralização administrativa subjugava os ilhéus sem assento nos órgãos representativos locais que lhes eram pouco favoráveis.

(16) *A Liberdade*, n. 25 de 9 de Setembro de 1921.

(17) Por exemplo, em Maio de 1924, dizia *A Colónia*: "Ainda vencimentos – eu e os funcionários – 'Se tomarem, intempestivamente, uma atitude violenta não contem conosco'", *A Colónia*, n. 16 de 22 de Maio de 1924, p. 1.

A 1 de Julho de 1924 iniciou a sua publicação o jornal *O Trabalho*, órgão dos empregados do comércio e da agricultura, *A Desafronta*, n. 21 de 7 de Julho de 1924, p. 2.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

Por fim, a 21 de Março de 1925, surgiu *O Combate*, dirigido por Gamboa. Após o número de 25 de Abril, o governo colonial suspendê-lo-ia, decisão apoiada por jornais europeus. Semanal, dizia-se defensor dos interesses públicos locais e dos oprimidos, sem distinção de cor, raça ou hierarquia¹⁸. Denunciava atrocidades que, ao invés do sucedido na Monarquia, ficavam impunes¹⁹. À denúncia das fraudes eleitorais²⁰ somava-se a crítica dos representantes da colónia que, no parlamento, desprezavam os eleitores. A argumentação de cariz ético²¹ era pouco relevante na metrópole, onde era comumente aceite a desvalorização das populações coloniais, sendo também diverso o sentido das clivagens políticas.

A perda de esperança na República teve também efeitos na evolução na auto-representação dos naturais. Esboroou-se a imagem da sua união, julgada possível nos primeiros anos da República. Na década de 20, censuravam-se os que assumidamente se associavam à hegemonia europeia. Possivelmente, entre os naturais vingariam clivagens entre mestiços e negros, também elas ligadas a diferenças económicas²².

Parecia inelutável a rendição ao modo de vida dos brancos, efeito da constatação da inamovível hegemonia europeia. Ao desalento, somou-se a inevi-

(18) *O Combate*, n. 1, de 21 de Março de 1925, p. 1.

(19) *O Combate*, n. 1, de 21 de Março de 1925, p. 3.

(20) *O Combate*, n. 5 de 18 de Abril de 1925, p. 2.

(21) "Na Republica Portuguesa, a seriedade faltou; a vergonha, foi-se; o brio, a honra a dignidade transformaram-se por completo em esteio para a desenfreada gula das algibeiras.", *O Combate*, n. 3 de 4 de Abril de 1925, p. 2.

(22) Neste contexto, eram amargos os artigos de *O Combate*. Por exemplo, Josué Aguiar ironizava em torno da "união dos nativos":

"Aristocratas sim, na imposturice e não no saber nem no sangue. Com a importancia que julgam ter, desprezam os seus irmãos de sangue e de raça, a que, por luxo chamam foiros, o que quer dizer ignorante.

(...) Agora pergunto a mim mesmo qual de nós que não tem pai ou mãe, irmão ou parente ignorante? Será por ser ignorante a nossa mãe, parente ou amigo que o escorraçamos do nosso convívio?

(...) Há dez anos, que tive a infeliz pachorra de ouvir, a dentro e fóra das nossas associações, discursos pomposos, cheios de incitamento em que varios oradores davam como principal causa da desgraça de seus irmãos de raça, certos negocios ruins de venda de terrenos, arrendamentos, etc. Quando afinal esses mesmos, á parte alguns patriotas, para os quaes vae todo o meu respeito, são os que, cinica e hypocritamente têm causado mais prejuizos aos seus conterraneos!

N. da R.

Tem sido um grande erro dos filhos de S. Tomé, logo que escrevam e leiam alguma coisa, o terem a sua aspiração unica no emprego publico, na mandriice.", *O Combate* n. 3 de 4 de Abril de 1925, p. 2.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

tável conclusão: os povos têm o merecido²³. Os textos do que seria o último número de *O Combate* eram particularmente agressivos, expondo abertamente os antagonismos raciais²⁴.

Diga-se, por fim, à crescente hegemonia europeia se opôs a tenacidade dos que tornaram jornais uma trincheira de combate político e de desafio permanente das autoridades²⁵.

IV. OS CONFLITOS RACIAIS: A VISÃO DOS NATURAIS

Vejamos, agora, as alusões dos são-tomenses aos conflitos raciais. Pela sua posição socialmente intermédia, aperceberam-se das clivagens raciais na sua terra mas só tardiamente apelaram à solidariedade entre si, excluindo os serviços de quem, regra geral, se demarcavam (por exemplo, os ilhéus tinham sido negreiros, proprietários de escravos e continuavam a ser empregadores de serviços)²⁶. Europeizados, não tinham modelos tradicionais de cultura e vivência africanas a que se reportar e cultivar com vistas à construção de uma identidade diferente da dos europeus.

De resto, um facto marcante da vida política na ilha foi a expatriação, quiçá voluntária, da elite, que fez de Lisboa palco da sua actuação. Divididos quer pelo(s) pan-africanismo(s) em voga disputaram a posse de *A Liberdade* e a

(23) "Protesta-se? Sim, mas em familia. Censura-se? sim mas na cervejaria. E a imoralidade tem vivenda no campo e passeia de automovel de mãos dadas com o dinheiro dos impostos que o Ze vae largando, quer quando compra meia pipa de aguardente, quer quando vende, ou simplesmente consome.

Neste pequeno torrão em que todos sabemos das vidas uns dos outros...", *O Combate*, n. 6 de 25 de Abril de 1925, p. 2.

(24) Em resposta à *A Desafrenta*, escrevia *O Combate*: "Para existir jornalismo é preciso coerencia, saber, propriedade e cor. Quer o snr. Varrão dizer que só o branco é quem tem o direito de ser jornalista, não é isto? O negro é um ... pária, não é isto o que quer dizer? E o snr. Varrão quer fazer eleger deputado por s. Tomé o director de *A Desafrenta* com essas suas teorias, não é isso? Porque todo e qualquer bicho careta basta que escreva sandices em qualquer farrapo que se denomine *Desafrenta*, não podendo conseguir ser eleito deputado na sua terra natal, porque lá nada vale nem como politico nem como homem, quer se-lo, na terra dos negros que espesinhará depois de eleito!".

Concluía que os brancos só se lembravam dos negros e mestiços quando lhes convinha; caso contrário, os brancos declaravam guerra aos de cor, *O Combate*, n. 6 de 25 de Abril de 1925, p. 2.

(25) Em 1920, a propósito de uma notificação para prestar declarações sobre artigos, *A Liberdade* dissuadira: "Estão enganados ó potentados!!! Enquanto vos portardes como temos presenciado, nunca vos sahirá do lombo o azorrague: que para vós é tão preciso como o pão para a boca!", *A Liberdade*, n. 22 de 1 de Dezembro de 1920, p. 2.

(26) *A Liberdade*, n. 20 de 5 de Agosto de 1920, p.3.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a Imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

direção do associativismo africano em Lisboa –, quer talvez por razões económicas, os ilhéus não ocultaram, como vimos, essas clivagens. Além disso, em tempo de sedimentação da hegemonia europeia, a estratificada elite de S. Tomé perdeu elementos da velha aristocracia – cuja escala de valores comportava a violência – e passou a integrar sujeitos que, sem poder económico, recorriam preferencialmente ao combate ideológico.

Em S. Tomé, predominava o desejo de equiparação aos europeus, cujas metas civilizacionais se assumiam sem reboço. Requeriam investimento na sua "civilização" – mormente na instrução –, desiderato a que a resposta do Estado foi frustrante. Também por isto criticavam o fracasso da acção civilizadora dos portugueses ao mesmo tempo que, salvo algumas excepções, acenavam com o seu patriotismo.

O convívio multirracial parecia-lhes a chave do renascer de Portugal. Todavia, a evolução económica e política na colónia obstava cada vez mais a esse convívio²⁷. Uma vez convictos de que se lhes vedava um lugar idêntico aos dos europeus, alguns ilhéus apazaram um necessário, embora temporariamente, distante, confronto²⁸. Assim, a emancipação era postergada para tempos futuros. Não havia lugar, a não ser excepcionalmente, para o discurso da autonomia e da independência, embora insistissem na reivindicação de liberdade e da cidadania.

Deste modo, os jornais da colónia, embora abordassem questões que comprometiam o poder, por exemplo a das eleições camarárias²⁹, não formularam propostas de maior alcance político. Aliás, lembre-se que a descentralização administrativa e a criação dos poderes locais, sem tornar a naturalidade um crité-

(27) *A Liberdade*, n. 20 de 5 de Agosto de 1920, p. 2.

(28) A propósito de fraudes eleitorais em Angola, *A Liberdade* atacara os democráticos, esquecidos das lições da história por pretenderem governar sós "esta Falperna de barrete frigio":

"Mas esquecer-se-hão os democráticos do motivo da revolução de S. Domingos, que só em uma noite se fez a liquidação de quantos europeus ali existiam? (...) Essa revolução deu-se por a França se recusar a receber no parlamento o deputado de côr, eleito pelos seus patricios para os representar ali.

A lição tão dura que hoje no seio da representação nacional franceza veem-se deputados negros, senegaleses.

E a revolução de Cuba? e a revolução das Filipinas? Ficam para as relatarmos mais tarde e a seu tempo:

Não seria melhor que a malta dos democráticos nos fizessem evitar de recorrermos de tempos a tempos à história?

(...) Wilson já disse que os povos são senhores dos seus destinos e tem o direito de escolher o sistema do seu governo e de se governarem por si.

Fartai-vos bandalhos, até ser tempo de dizermos: Basta!... agora somos nos que mandamos na nossa terra!...", *A Liberdade*, n. 19 de 4 de Maio de 1920, p. 2.

(29) Por exemplo, *O combate*, n. 5 de 18 de Abril de 1925, p. 1.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a Imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

rio de representação, prejudicaram os naturais: mais ou menos cooptados, os europeus secundarizaram a expressão dos ilhéus e das suas organizações.

Como referimos, estes rejeitavam, de início, quaisquer veleidades de revoltas, apontando a sua índole pacífica³⁰. Não imputavam a si próprios a causa de ódios raciais, antes produtos das acções de autoridades³¹ ou de europeus socialmente desqualificados³².

De resto, a luta racial era lida em função do lugar de Portugal na missão colonizadora (civilizadora) de África: o segregacionismo era aviltante para o país³³.

CONCLUSÕES E PROBLEMAS

A história da imprensa nativa acompanha a perda de poder da elite local. Não será casual a crescente carga conotativa dos títulos: à *Folha de Anúncios* sucedeu *A Verdade*. Em meados da década de 1910 surge *A Liberdade* e, já no declínio da República, teve fugaz existência o agressivo *O Combate*.

A imprensa natural, embora incómoda para os europeus no terreno, não atacou senão episodicamente a soberania portuguesa, antes reclamou a integração. Não foi prolixa em termos de produção doutrinária, não discutindo, senão uma vez por outra, temas como o da assimilação, avultando as transcrições

(30) *A Verdade*, n. 7, de 30 de Agosto de 1911, p. 3.

(31) "Que significa esta separação [racial]?"

Significa tudo e muito, é o desprezo, é o ódio de raça, e é contra esse ódio e desprezo que nos revoltamos, pois queremos a Igualdade, queremos a Justiça e queremos a Liberdade, queremos um regime verdadeiramente republicano.

(...) Para que serviu á Republica abater a Monarquia? Para que esmagou Ela o jesuitismo, que a coberto da religião, procurava morder, aniquilar todas as consciências e manietar o pensamento? Se é Ela, que dentro das suas Escolas, consente tão brutais e estupidas leis de excepção! Onde está o Sublime da Republica, senhores?

(...) e é dentro dessa mesma Escola que começa a enraizar o ódio entre o branco e o preto, que tornar-se-ha depois uma arma perigosa, para aqueles que tiverem a necessidade de procurar o seu bem estar nas colónias (...) tão grande disparate só serve para desacreditar o bom nome português.", *A Liberdade*, n. 20 de 5 de Agosto de 1920, p. 3.

(32) Os acontecimentos de 26 de Março de 1921 mostravam, por um lado, ser que o branco quem odiava o preto e, em contrapartida, que o tão falado ódio de raça ainda não tinha penetrado nos ilhéus, *A Liberdade*, n. 25 de 9 de Setembro de 1921, p. 1.

(33) Acusando europeus de crimes que deixariam abismado Torquemada escreviam: "Ah! tar-tufos, que enxovallhais a Patria Portuguesa, pondo em almoceda o simbolo da Republica!...", *A Liberdade*, n. 20 de 5 de Agosto de 1920, p. 3.

NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – Um campo de luta: a Imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos, USP, S. Paulo*, 16-17(1): 165-176, 1993/1994.

de textos das associações de Lisboa. Do ponto de vista temático, passou-se das questões políticas-representação parlamentar das colónias, progresso, movimentos pan-africanistas – ao quotidiano e ao ataque pessoal, camuflado sob a forma de análise dos actos administrativos.

Mau grado a liberdade de expressão, a República trouxe o declínio da elite local e do seu peso político-social. Numa colónia com fama de republicana, onde existira, apesar da subalternização das consultas eleitorais, actividade política, esta perdeu vigor quando os critérios raciais se tornaram os óbices ao progresso da população natural.

Os naturais enjeitaram toda a responsabilidade nos conflitos raciais. Defendiam que, dada a ausência de diferenças civilizacionais, inexistiam razões para tais conflitos, a não ser a despropositada atitude dos europeus. Aliás, alguns privilégios dos naturais tinham sido eficazmente defendidos por jornais de Lisboa e da colónia, sem visível militância nativa.

Na verdade, a argumentação dos ilhéus foi progressivamente tida por pueril face às exigências da gestão colonial. Adensou-se, pois, o ambiente de conflituosidade, resultado da lógica da administração que tentava qualificá-los de indígenas. Se tal classificação nunca vingou, isso deveu-se também à presença na ilha de serviços importados, cuja comparação com os ilhéus favorecia, na perspectiva europeia, os últimos. De resto, não se exclui alguma ambiguidade dos europeus que viam nos naturais um aliado de recurso contra uma possível, embora improvável, revolta dos serviços.

Diga-se, por fim, que, apesar da efectiva revogação da política de assimilação do liberalismo, os europeus e a sua imprensa não menosprezaram ostensivamente os ilhéus, o que não impedia até o confronto físico, herança do tempo em que a violência e a instrumentalização de indivíduos imperavam como valor.

ABSTRACT: The author analyses the newspapers of São Tomé and the radical conflicts then expressed by them by the advent of the Portuguese Republic, emphasizing the possibilities of construction and affirmation of the "naturais".